RELATÓRIO DE GESTÃO

2016





M AT

Índice

I.	SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	2
1.1	Análise Orçamental	2
	.1 Recebimentos	
1.1	2 PAGAMENTOS	5
1.1	3 Saldo	10
1.2	Análise Patrimonial	11
	2.1 Demonstração de Resultados	
1.2	2.2 Balanço	12
1.2	2.3 Indicadores Económicos e Financeiros	14
II.	FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO PERÍODO	15
	Evolução Previsível	
IV.	AGRADECIMENTOS	15





I. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A presente exposição incide sobre o reporte das atividades que mais impacto tiveram sobre as demonstrações financeiras e que traduzem as opções estratégicas desenvolvidas durante o exercício de 2016.

A Faculdade de Direito, no cumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 2016, fez prova da execução do princípio da unidade de tesouraria através do registo mensal, nos serviços *online* da Direção Geral do Orçamento, do saldo no final de cada mês dos depósitos e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e das Instituições Bancárias, e respetivas receitas próprias arrecadadas, bem como das disponibilidades e aplicações mantidas na banca comercial e respetivos rendimentos auferidos.

No cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), a Faculdade não apresenta pagamento em atraso.

1.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

A contabilidade pública, ramo contabilístico no qual se insere a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, encontra-se dividida em conjuntos denominados de Fontes de Financiamento que classificam o orçamento com base nas diversas origens dos fundos orçamentais. As fontes de financiamento encontram-se divididas nos seguintes grupos:

Orçamento de Estado

Fonte de Financiamento 311 – Estado – Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados Fonte de Financiamento 313 – Saldos de Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados Fonte de Financiamento 319 – Transferências de Receitas Gerais entre organismos

Orçamento Comunitário

Fonte de Financiamento 480 - Outros

Receitas provenientes da atividade da Faculdade

Fonte de Financiamento 510 - Receitas Próprias do ano

Fonte de Financiamento 520 - Saldos de Receitas Próprias Transitados

Fonte de Financiamento 540 - Transferências de Receitas Próprias entre organismos



M. Out

1.1.1 RECEBIMENTOS

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa arrecadou em 2016 € 9.484.097,88, distribuídos da seguinte forma:

(Desta análise excluiu-se os saldos transitados do ano anterior).

Tabela 1 | Recebimentos

2016	%	2015	%
4.271.849,33	45	4.285.780,89	47
878.375,38	9	913.526,40	10
4.172.472,00	44	3.823.611,00	42
17.083,06		40.575,67	2
144.318,11	- 2	130.143,64	• 2
9.484.097,88	100	9.193.637,60	100
	4.271.849,33 878.375,38 4.172.472,00 17.083,06 144.318,11	4.271.849,33 45 878.375,38 9 4.172.472,00 44 17.083,06 144.318,11 2	4.271.849,33 45 4.285.780,89 878.375,38 9 913.526,40 4.172.472,00 44 3.823.611,00 17.083,06 2 40.575,67 144.318,11 130.143,64

Fonte: 7.2 - 19.04.2017

Em termos totais constatamos um aumento da receita, e que traduz o aumento das verbas provenientes do Orçamento de Estado à Faculdade no exercício de 2016.

No que diz respeito às propinas e outras receitas próprias não existe grande variação.

A rúbrica Investigação traduz verbas recebidas sobre a forma de apoio concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia para suportar custos de formação.

A rúbrica Cooperação Internacional, traduz receita recebida sobre a forma de apoio às atividades da Faculdade no âmbito do seu Instituto de Cooperação Jurídica.

De realçar o apoio recebido também nesta rúbrica, financiado pela Comissão Europeia, cujo coordenador é a Fundación ONCE, para a organização e acolhimento de alunos do ensino secundário com necessidades educativas especiais cujo objectivo final foi o de dar a conhecer e incentivar o aumento destes alunos a frequentar o ensino superior.

Numa análise aos recebimentos por ciclo, que fazem parte integrante das receitas próprias, temos:



W A DI.

Tabela 2 | Recebimentos de Propinas por ciclo

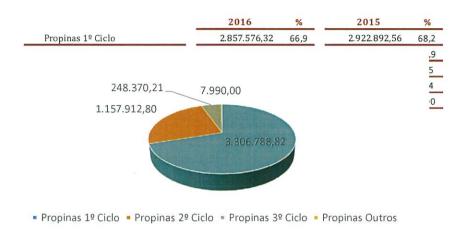
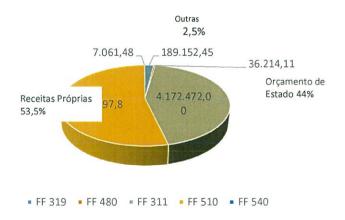


Gráfico 1 | Recebimentos de Propinas por ciclo

Mais uma vez, sem grandes variações e que traduz uma manutenção do número de alunos e actividades do ano anterior.

Quanto à origem dos recebimentos para fazer face às despesas gerais da Faculdade, constata-se que são as Receitas Próprias que financiam em mais de 50% as atividades da Faculdade.

Gráfico 2 | Recebimentos por Fonte de Financiamento







1.1.2 PAGAMENTOS

Numa análise macro, constatamos que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa efetuou pagamentos em 2016 na ordem dos 9,596 milhões de euros, o que representa uma descida de 5% quando comparado com o pago em 2015.

Tabela 3 | Pagamentos

	2016		2015		2014	
	€	%	€	%	€	%
Despesa com pessoal	7.701.352,12	80	7.364.478,02	73	7.115.961,52	79
Despesa de funcionamento	1.652.510,25	17	1.568.515,72	16	1.693.805,25	19
Despesa de capital	242.318,26	3	1.157.586,38	11	163.716,91	2
Total	9.596.180,63	100	10.090.580,12	100	8.973.483,68	100

Fonte: 7.2 - 19.04.2017

□ Despesa com pessoal

A despesa com pessoal continua a ser a que mais peso assume, com 80% do total dos pagamentos efetuados no ano. Destes 80%, 54% foram pagos com o Orçamento de Estado, e 46% pagos por outras Fonte de Financiamento.

Na tabela abaixo a discriminação da despesa com remunerações certas e permanentes e /ou abonos variáveis ou eventuais, sendo que 18% da despesa paga se refere a encargos obrigatórios efetuados pela Faculdade às entidades contributivas.

A despesa com pessoal docente representa 88% das despesas totais com o pessoal.

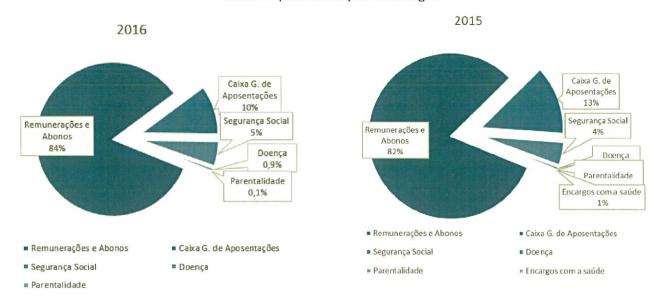
Tabela 4 | Remunerações e Encargos

	2016		2015		2014	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações e Abonos	6.311.730,80	82	6.008.974,52	82	5.805.658,29	82
Encargos:						
Caixa G. de Aposentações	884.184,52		986.656,33		977.790,75	
Segurança Social	447.220,68		327.417,42		312.487,94	
Doença	50.680,60	18	35.880,00	18	15.150,36	18
Parentalidade	7.535,52		5.413,79		1.242,83	
Encargos com a saúde	0,00		135,96		3.631,35	-
Total Encargos	1.389.621,32		1.355.503,50		1.310.303,23	
Total Geral	7.701.352,12	•	7.364.478,02	•	7.115.961,52	-
onte: 7.2 - 19.04.2017				•		-



Post

Gráfico 4 | Remunerações e Encargos



Comparativamente com o ano anterior constata-se um aumento dos cutos de pessoal em 336 mil euros, que se traduz num acrescimo percentual de 4,5%.

Importa referir que quase metade deste valor é explicado pelo cumprimento do diploma que estabeleceu os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no exercicio de 2016, com um impacto nos custos de pessoal na ordem dos 156 mil euros (reversão das reduções remuneratórias).

O restante aumento é explicado por outros factores, designadamente, por decorrência de:

- Mudanças no regime de exclusividade dos Professores;
- Custos com os reposicionamentos remuneratórios decorrentes da transição dos assistentes e-para a categoria de professores auxiliares;
- -A abertura de concursos de pessoal docente e não docente, e o respetivo provimento no lugar / categoria;
- A mobilidade interna dentro da Universidade de Lisboa como forma de colmatar necessidades internas de falta de pessoal não docente.



PT. Quel

□ Despesa de funcionamento

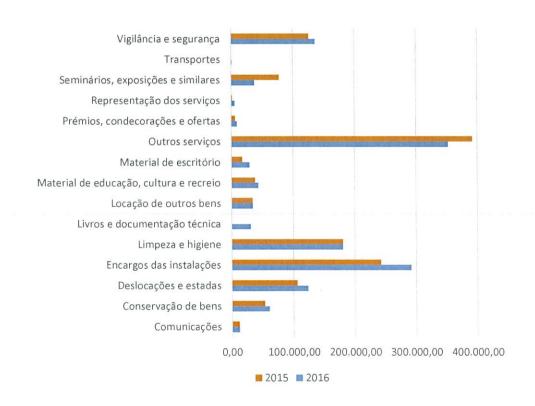
Relativamente às despesas de funcionamento não existiram grandes alterações àquilo que foram os pagamentos efetuados no ano anterior, como podemos constatar pela tabela abaixo:

Tabela 5 | Despesas de funcionamento

2016	%	2015	%	2014	%
1.352.399,36	82	1.287.524,76	82	1.520.012,40	90
187.322,48	12	191.523,18	12	93.183,42	6
112.788,41	6	89.465,17	6	80.540,09	5
1.652.510,25	100	1.568.513,11	100	1.693.735,91	100
	1.352.399,36 187.322,48 112.788,41	1.352.399,36 82 187.322,48 12 112.788,41 6	1.352.399,36 82 1.287.524,76 187.322,48 12 191.523,18 112.788,41 6 89.465,17	1.352.399,36 82 1.287.524,76 82 187.322,48 12 191.523,18 12 112.788,41 6 89.465,17 6	1.352.399,36 82 1.287.524,76 82 1.520.012,40 187.322,48 12 191.523,18 12 93.183,42 112.788,41 6 89.465,17 6 80.540,09

Fonte: 7.2 - 19.04.2017

Gráfico 5 | Aquisição de bens e serviços





M. A.

No que diz respeito à aquisição de bens e serviços, realça-se a poupança na rúbrica seminários, exposições e similares, decorrente do Festival Experiencie 2015, e um aumento dos encargos relacionados essencialmente com a manutenção dos edifícios da Faculdade, com impacto na rubrica de outros serviços e conservação de bens.

Também na rúbrica dos encargos com as instalações verificou-se um acréscimo no valor pago, decorrente essencialmente do aumento das taxas cobradas pela EPAL.

A Faculdade continua, sempre que comprovado o beneficio, a aderir, no âmbito dos Contratos Públicos, aos concursos públicos lançados pela Universidade de Lisboa, com benefícios económicos.

Na rubrica de *transferências correntes* verificou-se uma poupança, decorrente essencialmente da diminuição de verbas transferidas para a rubrica *Famílias-Outras*

Gráfico 6 | Transferências Correntes



Outras transferências correntes sofreram um acréscimo, e traduz impostos e taxas pagos essencialmente à Autoridade Tributária, DGO e ainda as certidões de registo e cartas de curso pagas à Reitoria.



P. D.

¤ Despesa de capital

Os Edifícios da Faculdade exigem, com o passar dos anos, um conjunto de readaptações e melhoramentos a que a Direção é sensível, por forma a manter as condições necessárias para bom funcionamento e bem-estar de todos.

Na tabela abaixo mostra-se um resumo daquilo que foram os pagamentos efetuados como despesas de capital:

Tabela 6 | Despesas de capital

Remodelação da sala 12.41 - Execução de divisória.	3.541,39 €
Restauro e adaptação da sala 11.15 para CAE(centro de apoio aos estudantes)	3.826,96 €
Trabalhos a mais referentes à empreitada de beneficiação das salas de aula do 2° piso.	11.696,38 €
Aquisição e instalação de equipamento audiovisual para o Auditório	13.298,38 €
Empreitada para Transformação e Reclassificação da sala 10.11 como serviço de Tesouraria	22.104,06 €
Fornecimento e montagem de ar condicionado, em diversos pontos do edificio (Conselho Científico, CARL, ICJ,)	25.597,73 €
Trabalhos a mais relativo às obras do 3º Piso (CARL).	30.261,15 €
Empreitada para a criação de espaço de cantina na área da AAFDL.	30.295,55 €
Empreitada para reparações em paredes interiores e exteriores, infiltrações e pavimentos nos edificios	30.519,62 €
Aquisição,montagem e colocação de unidade Roof Top de climatização para o piso 0 da biblioteca.	30.682,35 €
Diverso equipamento, básico, administrativo e informático	40.494,69 €
	242.318,26 €



PT BT Geor

1.1.3 SALDO

A Faculdade de Direito encerrou o exercício de 2016 com um saldo orçamental do ano - diferença entre receita e despesa do próprio ano - negativo, no montante de € 112.082,75, aproveitando assim a dispensa ao cumprimento do art.º 25º da Lei n.º91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto, do Artigo 6º-A n.º 4 do Decreto-lei 498/72 de 9 de dezembro na sua atual redação.

Tabela 7| Saldo Orçamental

	2016	2015	2014	2013
Receita	9.484.097,88	9.221.352,68	9.398.992,70	9.065.990,65
Despesa	9.596.180,63	10.089.159,65	8.973.483,68	9.376.509,11
SALDO GLOBAL (R-D) €	-112.082,75	-867.806,97	425.509,02	-310.518,46

A Faculdade transita para o ano de 2017 com saldo acumulado no montante de € 7.668.404,48 (sete milhões setecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e quatro euros e quarenta e oito cêntimos) e com um saldo de gerência de € 7.758.849,48 (sete milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove euros e quarenta e oito cêntimos) a diferença decorre de impostos a entregar ao Estado no período seguinte, no valor € 90.445,00.



M A By

1.2 ANÁLISE PATRIMONIAL

1.2.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A FDUL acabou a o exercício económico de 2016, com um resultado líquido negativo de € 173.001,30.

Tabela 8 | Demonstração de Resultados Sintética

2016	2015	2014
9.738.180,91	8.850.900,24	8.804.289,32
9.341.725,57	8.997.617,68	8.662.568,66
396.455,34	-146.717,44	141.720,66
605.421,31	715.835,40	692.744,62
-208.965,97	-862.552,84	-551.023,96
-128,22	1.892,23	14.116,29
36.092,89	35.184,96	51.930,01
-173.001,30	-825.475,65	-484.977,66
	9.738.180,91 9.341.725,57 396.455,34 605.421,31 -208.965,97 -128,22 36.092,89	9.738.180,91 8.850.900,24 9.341.725,57 8.997.617,68 396.455,34 -146.717,44 605.421,31 715.835,40 -208.965,97 -862.552,84 -128,22 1.892,23 36.092,89 35.184,96

u.m. euros

Embora com resultado líquido negativo é importante realçar que o indicador EBITDA é positivo, ou seja, a atividade operacional da Faculdade gera *cash flow*.

Notas a considerar na análise da demonstração de resultados:

- Os custos e proveitos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas.
- Os custos e proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.
- Proveitos Propinas, importa referir que a sua contabilização obedece ao princípio de especialização dos exercícios previsto no POCED.
- Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.



Jef. 6. Out.

1.2.2 BALANÇO

Tabelas 9 | Estrutura do Ativo e Fundos Próprios e Passivo

Estrutura do Ativo Liquido

	2016	2015	2014
Imobilizações	13.228.241,90	13.463.010,26	12.668.044,39
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Existências	0,00	26.843,25	25.679,33
Dívidas de Terceiros	3.271.227,72	3.123.486,18	2.589.915,08
Disponibilidades	7.758.849,48	7.942.323,85	8.688.459,33
Acréscimos e diferimentos	30.634,56	41.285,56	38.567,70
Total	24.288.953,66	24.596.949,10	24.010.665,83

u,m, euros

Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo

	2016	2015	2014
Fundos Próprios	19.848.460,26	20.021.461,56	20.116.142,99
Passivo			
Provisões			0,00
Dividas a Terceiros	325.200,44	388.305,71	117.549,68
Acrescimos e Diferimentos	4.115.292,96	4.187.181,83	3.776.973,16
Total Passivo	4.440.493,40	4.575.487,54	3.894.522,84
Total Fundo Próprio e Passivo	24.288.953,66	24.596.949,10	24.010.665,83

u.m. ewos

Da análise ao Balanço destaca-se o peso que o Ativo Imobilizado Líquido que corresponde a 55% do total do Ativo. Merece referência ainda o facto de as disponibilidades representarem 32% do total do Ativo e 70% do Ativo Circulante.

Relativamente às origens de fundos, estas são fortemente influenciadas pelos Fundos Próprios (81%, 19,844 milhões de euros). Os Acréscimos e Diferimentos Passivos correspondem essencialmente a proveitos diferidos (4,115 milhões de euros) e representam apenas 20% das origens de fundos. Com um peso menos significativo encontram-se os Capitais Alheios (1%), que totalizam 329 mil de euros.



Jef.

Gráfico 7 | Estrutura Patrimonial

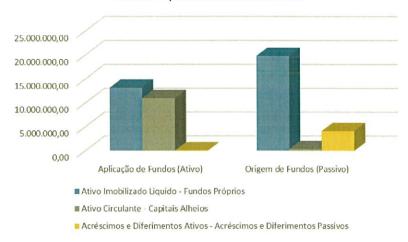


Gráfico 8 | Ativo Circulante





WA BJ

1.2.3 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Tabela 10 | Rácios de Solvabilidade

	2016	2015
Autonomia Financeira	0,82	0,81
Solvabilidade	4,46	4,38
Endividamento	0,18	0,19

Rácio de Autonomia Financeira

Este rácio representa a maior ou menor capacidade de uma entidade fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus fundos próprios. Serve também para perceber como a entidade está a ser financiada, se com fundos próprios ou capitais alheios. A autonomia financeira da Faculdade a 31.12.2016 é de 0,82, o que significa os seus Fundos Próprios representam 82% do total do seu capital, ou seja, a FDUL financia-se principalmente com os seus capitais próprios.

Rácio de Solvabilidade

Este rácio apresenta a capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem os seus fundos próprios. O índice de solvabilidade da Faculdade é de 4,46, do qual se conclui que os seus fundos próprios são superiores aos seus capitais alheios, o que revela que a FDUL está em condições de fazer face às suas obrigações correntes.

Rácio de Endividamento

Esta relação indica o grau de endividamento da entidade. Inversamente ao rácio de solvabilidade, a Faculdade apresenta um valor de endividamento baixo, de 0,18, o que significa que um baixo saldo de dívidas a terceiros.



II. FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO PERÍODO

Após o termo do período de 31 de dezembro de 2016 e até à data deste relatório, não se registaram factos relevantes que possam implicar ajustamentos às contas ou que requeiram a sua divulgação.

III. Evolução Previsível

A evolução previsível será de encontro ao que consta no programa de gestão da Direção.

IV. AGRADECIMENTOS

A FDUL agradece a todos os docentes e não docentes que colaboraram neste período económico com a FDUL, bem como aos alunos que a compõe, fornecedores, instituição bancárias, e demais entidades que com a FDUL se relacionaram.

Lisboa, 26de abril de 2017

Chardia Nadol-(Conselho de Gestão)

por unanimidade em Conselho de Escola de Z6104120167

Contas aprovadas

(no sure i 6 e , sulport)